

## A AVALIAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) NO MUNICÍPIO DE TERESINA - PI

### THE EVALUATION OF SOCIAL WORK IN THE ENTERPRISES OF THE MY HOUSE MY LIFE PROGRAM (PMCMV) IN THE MUNICIPALITY OF TERESINA – PI

Talita Kelly de Sousa PASSOS\*  
Antônia Jesuíta de LIMA\*\*

---

**Resumo:** O presente artigo traz resultados de uma pesquisa avaliativa sobre o desempenho do Trabalho Social (TS) no PMCMV a partir da experiência concreta no município de Teresina-PI. Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da UFPI, no período de 2015 a 2017, que teve o objetivo de verificar se o TS contribuiu para a participação e a inserção social das famílias beneficiárias. A metodologia envolveu pesquisa documental e coleta de dados, por meio da realização de visitas de campo, da aplicação de 90 questionários com moradores de dois empreendimentos e de entrevistas semiestruturadas com sujeitos qualificados (gestores, técnicos e lideranças). Destaca-se a inflexão da nova política de habitação brasileira, com o PMCMV, que não adota os princípios e a concepção de direito à cidade, presentes na PNH e os desafios que o TS enfrenta a partir dessa realidade.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Trabalho Social.

---

**Abstract:** This article presents results of an evaluative research about the performance of Social Work (TS) in the My Home My Life Program (PMCMV) from the concrete experience in the city of Teresina-PI. It is a master's research developed in the Graduate Program in Public Policies of the UFPI, from 2015 to 2017, whose objective was to verify if TS contributed to the participation and social insertion of beneficiary families. The methodology involved documentary research and data collection, through field visits, the application of 90 questionnaires with residents of two enterprises and semi-structured interviews with qualified individuals (managers, technicians and leaders). We highlight the inflection of the new Brazilian housing policy, with the PMCMV, which does not adopt the principles and conception of right to the city, present in the PNH and the challenges that TS faces from this reality.

**Keywords:** National Housing Policy. My Home My Life Program. Social Work.

---

Submetido em 29/09/2017.  
Aceito em 19/08/2018.

---

\* Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: <talitakelly18@hotmail.com>.

\*\* Prof. Dr.<sup>a</sup> do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: <a.je.l@uol.com.br>.

## Introdução

O presente artigo traz resultados de estudo avaliativo sobre o desempenho do Trabalho Social (TS) no PMCMV a partir da experiência concreta no município de Teresina-PI. Tratou-se de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da UFPI, no período de 2015 a 2017, que teve o objetivo de verificar se o TS contribuiu para a participação e a inserção social das famílias beneficiárias.

A pesquisa se desenvolveu a partir de uma abordagem quanto-qualitativa e teve como objeto empírico os empreendimentos do PMCMV que contemplaram a faixa salarial de 0 a 3 salários mínimos (SM), na zona urbana de Teresina e nos quais tenha sido desenvolvido o TS no período de 2012 (época de implantação do TS) e 2015 (início da pesquisa). Dos sete empreendimentos, dois foram selecionados para a realização da pesquisa, segundo o critério de maior tempo de duração e finalização do TS, extensão dos empreendimentos e de localização: Teresina Sul I, localizado na zona sul da capital, com 500 unidades habitacionais, e o Residencial Vila Nova, localizado no bairro Aroeiras, zona leste do município, com 487 unidades habitacionais.

O processo de pesquisa compreendeu três fases: a primeira tratou da revisão bibliográfica, presente em toda pesquisa; a segunda, compreendeu o estudo documental de normativas relacionadas à PNH e ao TS, em nível nacional e local, e de documentos relativos à sua implementação (PTS, relatórios de atividades e avaliação de pós-ocupação). Na terceira realizou-se visitas de campo, para a aplicação de 90 questionários com moradores dos dois empreendimentos e entrevistas semiestruturadas com sujeitos qualificados (gestores, técnicos e lideranças).

Respeitou-se a Resolução 196/96, datada de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, as respostas dos sujeitos foram coletadas e analisadas de forma fidedigna, porquanto, foram registradas mediante o uso do gravador, após autorização do entrevistado. Antes da coleta de dados, o projeto de pesquisa do presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Como principais aportes teóricos sobre a PNH utiliza-se Bonduki (2009, 2013), Maricato (2006) e Magalhães (2013). Nas reflexões referentes ao PMCMV, aborda-se os estudos de Amore (2015), Cardoso e Aragão (2013) e Rolnik e Nakano (2009). Nas discussões sobre TS utiliza-se Paz e Taboada (2010), Pimentel (2012) e Paz (2015).

Evidencia-se que, historicamente, as cidades brasileiras foram marcadas por problemáticas persistentes: pela falta de planejamento, pela ausência de controle sobre o uso e a forma de ocupação do solo e, sobretudo, pelo déficit habitacional. A nova PNH, implantada em 2004, em consonância com a Constituição Federal de 1988, que considera a habitação um direito do cidadão, e com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade, visava seguir em sentido antagônico à realidade até então

existente nas políticas anteriores, garantindo à população, em especial, a de baixa renda, o acesso à moradia digna, contribuindo para a inclusão social. (BRASIL, 2004).

Diante da PNH, o TS foi concebido como elemento fundamental no processo de implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, haja vista que deve considerar a realidade da população atendida e as características das áreas de intervenção para promover a inserção social, daí porque consideramos relevante a sua análise.

De acordo com normativa vigente, a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que aprova o Manual de instruções do TS nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, o TS é concebido como um conjunto articulado de ações, processos e estratégias, desenvolvido a partir de diagnósticos integrados e participativos do território e que envolve as dimensões social, econômica, produtiva e político-institucional, tanto do território como da população beneficiária. As ações do TS devem visar à inserção social e a participação do público-alvo, bem como a articulação com as diversas políticas públicas de forma a garantir melhoria na qualidade de vida dessas famílias e a sustentabilidade de bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014).

Considerando tais pressupostos, sistematizou-se o artigo em duas partes: na primeira, faz-se uma análise da PNH e realiza-se ainda uma reflexão teórica sobre o PMCMV e a inflexão sofrida pela Nova Política de Habitação a partir da implantação do programa citado. Por fim, apresenta-se a avaliação dos resultados obtidos pelo TS nos empreendimentos do PMCMV no município de Teresina.

## **1. A Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida**

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade constituíram-se marcos legais na instituição da moradia como um direito do cidadão. A criação do Ministério das Cidades (MCidades), em 2003, deu a base para a Nova Política de Habitação, ao estabelecer a sua integração com as demais áreas de desenvolvimento urbano. Ancorada nesses dois marcos regulatórios, a PNH, formulada em 2004, ampliou o conceito de moradia, compreendendo-a não apenas a unidade física, mas o acesso a serviços e equipamentos comuns e a outras políticas públicas.

Em relação a essa nova Política de Habitação, estudiosos, como Bonduki (2009) e Maricato (2006), destacam a influência do Projeto Moradia em sua concepção e formulação, que abordava as dimensões de gestão e controle social, projeto financeiro, urbano e fundiário, cujo enfrentamento da questão, extrapolava o governo federal, abrangendo agentes públicos e privados. A elaboração do Projeto iniciou-se em 1999 sob a coordenação do Instituto Cidadania, com o objetivo de equacionar o problema habitacional no país. A proposta fazia parte de um conjunto de iniciativas do instituto, coordenado por Luiz Inácio Lula da Silva, e visava à construção de projetos de desenvolvimento que associassem o enfrentamento da questão social ao crescimento econômico e à geração de empregos (BONDUKI, 2009).

Segundo Magalhães (2013), a PNH, aprovada em 2004, adotou várias propostas do Projeto Moradia, efetivadas com a criação do MCidades, em 2003. Nesse contexto, foram instituídos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho das Cidades, em 2005, e formulado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2008.

Assim como proposto no Projeto Moradia, a PNH definiu que os entes federativos apenas poderiam acessar os recursos do FNHIS, se fizessem adesão ao SNHIS, com a exigência de criação do fundo, do conselho e da formulação do plano local de habitação (BONDUKI, 2013).

A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que cria o SNHIS<sup>1</sup>, o FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, apresenta como objetivos para a Habitação de Interesse Social:

- I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (BRASIL, 2005, p. 1).

Entre os elementos que compõem o SNHIS, destaca-se o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, que começou a ser elaborado em junho de 2007 e foi concluído em dezembro de 2008, retomando o planejamento habitacional no país, como estratégia de longo prazo, visto que suas ações foram previstas para um período de 15 anos (2008-2023). Apresenta estratégias nos quatro eixos da PNH: modelo de financiamento e subsídio, política urbana e fundiária, arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil. Tem como objetivo o enfrentamento da questão habitacional e urbana, junto à articulação da política de inclusão com o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2010).

Conforme Bonduki (2008), nos anos que se seguiram à implementação da PNH, foram realizados grandes investimentos em habitação e, de modo mais expressivo, em habitação de interesse social. Ressalte-se a diversificação das fontes de recursos e ampliação do subsídio para a população de baixa renda. Nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), de acordo com Magalhães (2013), deu-se continuidade às ações, tendo-se investido no planejamento em longo prazo, ampliando-se os investimentos e definindo-se uma nova estruturação institucional e legal para o setor.

Entre os anos de 2007 e 2008 ocorre no país, segundo Bonduki (2009), um *boom imobiliário*, que, afetado pela crise internacional, a partir do segundo semestre de 2008, vivencia um processo de contrafluxo, já que estava em acelerado processo de produção. O setor, nesse período, passou a conviver com a dúvida

---

<sup>1</sup> O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) é o principal instrumento da Política Nacional de Habitação que visa atingir o alcance dos princípios, objetivos e diretrizes da política, suprir o vazio institucional e estabelecer as condições para se enfrentar o déficit habitacional, por meio de ações integradas e articuladas nos três níveis de governo, com a participação dos Conselhos das Cidades e Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2010).

e a paralisação. Para reverter tal situação, o governo federal decidiu investir com vigor no setor habitacional, como uma medida emergencial de apoio ao setor privado, quando implantou o PMCMV.

Nesse período, conforme Bonduki (2009), estava em processo de elaboração o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), um dos componentes centrais da nova PNH, que objetivava planejar as ações dos entes públicos e privados, a médio e longo prazo, para minimizar as demandas habitacionais do país em um prazo de quinze anos.

No entanto, antes de sua aprovação, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o PMCMV, ação de iniciativa do Ministério da Fazenda e Casa Civil, como medida contra a crise e seus efeitos nefastos, demonstrando mais uma vez, a prevalência dos interesses econômicos, sobre os objetivos da nova política de habitação em curso.

### *1.1 O PMCMV e a Reorientação da PNH*

O PMCMV, regulamentado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho 2009, foi criado com a finalidade de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (BRASIL, 2009).

Como evidencia Amore (2015), trata-se de um Programa de caráter econômico, concebido pelo Ministério da Fazenda e Casa Civil, em articulação com o setor imobiliário e da construção civil, como uma medida para enfrentar a chamada “crise dos *subprimes* americanos”, que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial. Nesse sentido, o MCidades teve um papel lateral, já que desde 2003, vivenciava um processo de construção política de um sistema de cidades e de habitação de interesse social. Diante da crise e com o enfraquecimento desse Ministério, na sua atribuição de formulador e condutor da política urbana, o governo acolheu a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa.

O Programa surgiu com a oferta do subsídio direto e proporcional à renda dos beneficiários, além de aumentar o volume de crédito para a produção e aquisição de moradias, com redução dos juros. Outro aspecto importante se refere à criação do Fundo Garantidor da Habitação, que aportou recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência, que pudesse ser gerada por desemprego e outras situações (o que reforça mais uma vez a ação do Estado na defesa da acumulação capitalista, agora protegendo os lucros dos grandes empresários do ramo). Com essas iniciativas, procurava-se desenvolver o setor imobiliário e reaquecer a construção civil, que apresentava crescimento desde 2006, mas começava a sentir os efeitos da crise financeira de 2008 (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), o PMCMV tinha como meta inicial a construção de um milhão de moradias, com a alocação de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 25,5 bilhões provenientes do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Havia previsão ainda de R\$ 1 bilhão para a infraestrutura urbana, a ser distribuído

pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para a fase 1 (março de 2009 a junho de 2011), foi prevista a construção de um milhão de unidades contratadas e, para a fase 2 (2011-2014), mais de 2 milhões (AMORE, 2015).

Bonduki (2009, p. 13), ressalta que, apesar de o *déficit* habitacional no país concentrar-se na população de 0 a 3 SM, o Programa, na fase 1, contemplava predominantemente as faixas 2 e 3, visando segmentos de classe média e gerar mercado para o setor privado, com risco reduzido, conforme mostram os dados da Tabela 1.

**Tabela 1 – Metas do PMCMV por faixa de renda. Brasil. Período: 2009-2011**

Renda (em R\$)	Déficit Acumulado		Metas do MCMV		Déficit acumulado atendido
	%	(Valor absoluto, em mil)	%	(Valor absoluto, em mil)	%
Até 1.395	91	6550	40	400	6
1.395 até 2790	6	430	40	400	93
2790 até 4.600	3	210	20	200	95
	<b>100</b>	<b>7190</b>	<b>100</b>	<b>1000</b>	<b>194</b>

Fonte: Bonduki (2009), adaptada.

O programa contemplava três diferentes faixas de renda, conforme evidenciado na Tabela 2, que têm lógicas de contratação e subvenção diferenciadas.

**Tabela 2 - Faixas de renda do PMCMV por fases.**

Fase	Faixa de renda	Renda familiar mensal
1	1	Até R\$ 1.395,00
	2	De R\$ 1.395,01 até R\$ 2.790,00
	3	De R\$ 2.790,01 até R\$ 4.650,00
2	1	Até 1.600,00
	2	De R\$ 1.600,01 até R\$ 3.100,00
	3	De R\$ 3.100,01 até R\$ 5.000,00

Fonte: Brasil (2011).

Nos empreendimentos da faixa 1, os governos locais indicavam a demanda, e a construtora recebia os recursos diretamente do FAR. Este, por sua vez, recebia recursos do OGU, e as famílias realizavam o pagamento mensal, ao longo de dez anos, cujos valores correspondiam a uma parcela muito pequena do custo individual das unidades. Essa faixa também contempla a modalidade *Entidades*, em que a construção do empreendimento é contratada junto a organizações representativas de movimentos de moradia, que contratam a construção do empreendimento e indicam os beneficiários. Nessa modalidade, o financiamento é feito pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Nas faixas 2 e 3, entretanto, as condições eram bem diferentes.

Nesses casos, a construtora figura como incorporadora da operação, responsabilizando-se pela comercialização das unidades. Os beneficiários celebram contratos de compra e venda diretamente com a construtora, recebendo financiamento para a compra das unidades. O financiamento é concedido pela CAIXA com recursos do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS). No caso da Faixa 2, os beneficiários contam com o abatimento de uma parte da entrada, o que caracteriza uma forma de subsídio direto não aplicável à Faixa 3. As Faixas 2 e 3 contam com um seguro de crédito concedido pelo Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), instituído juntamente com o programa. Embora as linhas de financiamento concedidas pela CAIXA no âmbito do programa disponham de condições mais favoráveis do que as de mercado e sejam garantidas por um fundo público, o que caracteriza subsídio indireto, a subvenção concedida a essas faixas é bem inferior à da Faixa 1, em que o valor arcado pelo beneficiário é praticamente simbólico. Assim, pode-se dizer que sob o nome "Minha Casa Minha Vida" abriga-se um conjunto diversificado de ações com lógicas e objetivos distintos (ROLNIK *et al.*, 2015, p.130-131).

O impacto social e urbano do Programa foi objeto de questionamento por estudiosos como Bonduki (2009) e Rolnik e Nakano (2009), considerando os efeitos da construção massiva de unidades habitacionais que não proporcionariam à população de baixa renda o real acesso à cidade, já que os beneficiários se deslocariam para áreas distantes dos centros, sem a infraestrutura necessária para uma vida digna. Em regra, os equipamentos públicos não dão cobertura adequada à demanda da população.

Para Rolnik e Nakano (2009), o pacote habitacional implantado pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, tratava-se de uma estratégia de governo para impulsionar a economia e enfrentar os efeitos da crise global, possibilitando ainda a solução de uma problemática antiga no Brasil, a precarização de moradias ou a dificuldade de acesso a esta. Assim, questionavam os efeitos da ação do governo, que, priorizando aspectos quantitativos, deixava em segundo plano a articulação com os demais serviços públicos, previstos nos dispositivos legais.

Como sublinham Rolnik e Nakano (2009), na configuração das cidades brasileiras, as desigualdades e exclusões socioterritoriais sempre estiveram presentes, e o Estado, mediante ações excludentes, reforçou o processo de segregação socioespacial. Acrescenta Rolnik (2006) que a política habitacional de interesse social vem tonificando a exclusão dos mais pobres, quando os direciona para conjuntos habitacionais em zonas periféricas distantes, sem infraestrutura necessária e adequada.

Dessa forma, o modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras é marcado pela exclusão não só territorial, mas por outras dimensões, como a de oportunidades. A cidade aparece dividida entre o espaço dos ricos, com a presença de infraestrutura adequada, e o dos pobres, a parte ilegal do espaço urbano. O primeiro possibilita melhores condições de acesso a emprego, lazer e cultura, com crescimento constante; já o segundo, sem essas vantagens, guarda os efeitos perversos das políticas urbanas.

Com o programa houve ainda uma padronização nos projetos das unidades habitacionais em todo o país, não respeitando as singularidades de cada realidade. Em regra, o modelo de moradia adotado para um casal e dois filhos não atende as diversas composições familiares, entre estas, a das famílias estendidas. Outro aspecto limitador trata-se da impossibilidade de alterar a estrutura da unidade habitacional, em virtude da adoção de sistemas de vedação autoportantes, utilizados para acelerar a produção. Prezou-se, desde o início, pela redução dos custos e a padronização foi a estratégia de obtê-la (RUFINO, 2015).

Aos governos locais, por sua vez, competia a tarefa de agilizar os processos de aprovação e isenção dos tributos, bem como alterar os perímetros urbanos, legislações e normas urbanísticas para a possibilidade

de produção em áreas rurais. Até mesmo a regulamentação das Zonas de Interesse Social (ZEIS) foi definida em muitos municípios para a implantação do PMCMV, não obedecendo aos critérios de planejamento (RUFINO, 2015).

Em síntese, o PMCMV representa uma verdadeira inflexão na implementação da Nova Política de Habitação, que vinha se conformando desde 2004. Apesar de ter surgido com uma proposta diferente das políticas de habitação anteriores, com o objetivo de promover condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social e articulação com os demais aspectos do espaço urbano, a PNH, através da implementação do PMCMV, reforça o caráter segregador e excludente das cidades brasileiras.

Conforme evidenciam Cardoso, Mello e Jaenisch (2015), o Programa rompeu com as propostas do SNHIS e do PlanHab, eliminando a relevância da atuação do FNHIS, quando estabeleceu um desenho institucional que garantisse maior volume e agilidade para a produção. Assim, o setor privado passou a ser o principal agente promotor da política, permitindo que as empresas construtoras e incorporadoras tomassem a iniciativa de produzir, bem como deliberassem nas escolhas referentes a terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado.

## **2. O Trabalho Social na Política Nacional de Habitação**

O TS enquanto prática profissional na área de habitação, segundo Paz e Taboada (2010), começa a se desenvolver no Brasil, a partir dos anos de 1950, com a intensificação do processo de urbanização no Brasil. O TS, nesse período, se orientou por uma concepção conservadora e higienista, caracterizando-se suas práticas por ações disciplinadoras e educadoras.

Na segunda metade dos anos de 1970, entraram em foco os programas habitacionais destinados à população com renda mensal inferior a três salários mínimos. Os técnicos do TS tiveram um importante papel na organização dos movimentos de moradias, incentivando e capacitando a população para as ações de reivindicação. Na década de 1980, os profissionais se posicionaram contra as remoções, haja vista o deslocamento das famílias para áreas distantes, em total desrespeito a todas as formas de efetivação de direitos dos beneficiários (PAZ; TABOADA, 2010).

Os investimentos na área habitacional foram expressivamente reduzidos com a extinção do BNH, em 1986, medida tomada sob o argumento de conter os gastos públicos, porém, sem a elaboração de estratégias eficientes voltadas para essa área (AZEVEDO, 1988). Consequentemente, o TS na habitação perdeu expressividade e vigor, passando a atuar como contrapartida de estados e municípios, após a criação do Programa Habitar Brasil.

No final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o TS, executado junto aos programas e/ou projetos com recursos do OGU, voltou a ser uma exigência, passando o governo federal a

incluir nos custos do empreendimento a ser contratado, os recursos para o seu desenvolvimento, sendo que, parte destes, era a fundo perdido. A principal dificuldade, porém, residia na dependência de aprovação dos recursos através de emendas parlamentares (PAZ; TABOADA, 2010).

Pimentel (2012) destaca que o Programa, através do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, acabou por estabelecer um modelo para o TS, conhecido como “Participação Comunitária”, adotado nas intervenções de urbanização de favelas e dos chamados assentamentos subnormais. Nesse ponto, o TS já deveria se desenvolver nas etapas antes, durante e após as obras, estruturando-se sob os eixos de mobilização e participação comunitária; educação ambiental, sanitária e patrimonial; e geração de trabalho e renda.

Com a nova PNH, o TS configura-se como atividade essencial a ser realizada com as famílias beneficiadas pelos projetos. As ações adquirem um caráter mais abrangente, sendo que se iniciam antes da obra e continuam após a mudança dos moradores. Com essa obrigatoriedade nos investimentos em habitação, especialmente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o PMCMV, uma série de projetos de intervenção vem sendo desenvolvida nos vários municípios brasileiros (BRASIL, 2011a).

Conforme as orientações da Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, as atividades do TS devem ser realizadas, obrigatoriamente, no âmbito dos seguintes eixos: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; e desenvolvimento socioeconômico. Contudo, apesar de obrigatórios, a ênfase dada a cada um deles deve respeitar as características da área de intervenção e da macroárea (quando esta existir) indicadas no diagnóstico (BRASIL, 2014).

O resgate histórico do TS na habitação evidencia a sua retomada com a criação do MCidades, em 2003, como parte das discussões sobre uma nova PNH. No ano seguinte, a PNH foi aprovada, sendo legitimada com a criação do SNHIS/FNHIS, em 2005. Foi quando se estabeleceu a aplicação de, no mínimo, 2,5% do valor do investimento para ações de participação, mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda para a população atendida (BRASIL, 2011a).

Concebido como elemento fundamental na implementação da Política de Habitação de Interesse Social, ao se considerar a realidade da população atendida e as características das áreas de intervenção, em correspondência com os princípios da PNH, é que se compreende a relevância da análise do TS.

É indiscutível a ampliação dos investimentos em habitação de interesse social, nos últimos anos, especialmente, após a implantação do PMCMV, porém, os objetivos socioeconômicos previstos na política dificilmente se efetivam. A cidade, pensada como um lugar de oportunidades (de emprego, qualidade de vida, diversidade cultural), é permeada por aglomerações de pessoas que convivem diariamente com a violência, a poluição, a degradação ambiental e a deterioração dos direitos obtidos através de inúmeras lutas. Uma verdadeira negação do direito à cidade, conforme asseveram Maricato e Santos Júnior (2007).

### 3. O Trabalho Social nos Empreendimentos do PMCMV em Teresina

Para a implantação do TS em empreendimentos do PMCMV em Teresina, a prefeitura designou a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS) como órgão gestor, medida que pode ter sido tomada pelo fato de este órgão ser responsável pelo Cadastro Único, conforme relato de técnica do órgão, e dessa forma, facilitar a seleção das famílias beneficiárias, já que de acordo com as normativas, deveriam ser famílias inscritas no Cadastro Único.

Em Teresina, embora o PMCMV tenha sido implantado em 2009, o processo de execução do TS iniciou-se apenas em 2012, por meio de processo licitatório, aberto pela SEMTCAS, em 7 de maio de 2012, com a modalidade concorrência, com prazo de execução de 180 dias (06 meses), conforme edital nº 05/2012. Previa o investimento de R\$ 1.183.505,29 nos empreendimentos Vila Nova, Teresina Sul I e II, Tabajaras e Bem Viver (TERESINA, 2012).

A atribuição pela execução do TS ao órgão da Assistência Social é comum aos municípios brasileiros e, de acordo com Paz (2015), essa situação acaba permitindo que a Política Municipal de Habitação não tenha uma secretaria específica, ficando marcada por ações pontuais e imediatistas.

Observa-se que o TS previsto para ser executado se deparou com as próprias contradições e limitações do Programa. Este último foi implementado sob o discurso de atender as metas da PNH com a construção massiva de moradias, atendendo o segmento populacional de menor renda e reduzir o *déficit* habitacional, em um tempo relativamente curto, conforme ressalta Amore (2015). Entretanto, observa-se que essa rapidez não possibilitou que o PMCMV pudesse ser implementado requerendo dos municípios uma estruturação mínima para atender suas exigências, sobretudo, de execução do TS, que já se inicia comprometido.

Conforme disposto nos Projetos de Trabalho Social (PTS) nos empreendimentos estudados, o objetivo geral do TS era preparar os beneficiários para apropriação do ambiente construído, estimulando a organização da população e a sua permanência no imóvel. No que se refere à metodologia de trabalho, destaca-se que os projetos deveriam ser desenvolvidos com a participação dos beneficiários, valorizando as experiências e vivências do grupo para a reflexão e construção de novos referenciais e incorporação de novos conceitos. As atividades e estratégias foram definidas de acordo com o perfil do grupo de beneficiários e o porte do empreendimento. Para tanto, as reuniões de caráter informativo foram planejadas para serem realizadas com o número máximo de 100 beneficiários agrupados, preferencialmente, pelo critério de proximidade de unidades habitacionais (TERESINA, 2012a; 2012b).

No escopo das atividades previstas encontravam-se as reuniões informativas sobre o programa, uma reunião de integração (para apresentação do PTS), atividades de educação para uso do espaço construído e noções de educação financeira e organização comunitária. O TS visa atuar em várias frentes, entretanto, se sobressaem as atividades que buscam à adesão dos beneficiários ao programa e à sustentabilidade dos empreendimentos, revelando um discurso novo sobre velhas práticas.

A lógica de participação foi apreendida apenas como a presença e envolvimento dos beneficiários nas atividades desenvolvidas pela equipe do TS. O próprio processo de construção do PTS e a sua execução tem um viés conservador, uma vez que a equipe já traz as atividades definidas, não possibilitando que os beneficiários sejam atores desse processo. Diferente dessa experiência, a trajetória do TS na habitação revela que as equipes não são neutras e as ações desse trabalho se direcionaram em defesa dos beneficiários, visando à inserção social e a integração das diversas políticas públicas para o usufruto do direito a cidade formal, sob a ótica da participação.

As atividades realizadas procuraram atender aos eixos previstos no PTS - Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda, entretanto, se resumiram a palestras e cursos de pequena duração. No que se refere à participação dos beneficiários, observou-se tanto no depoimento da coordenadora da equipe quanto nos documentos, que esta participação muitas vezes se referia à frequência nas atividades desenvolvidas e na escolha da metodologia de execução das ações ou dos cursos. A execução do TS ficou restrita a obediência aos prazos estabelecidos pela CEF e a atividades que não possibilitaram, de fato, a participação e organização comunitária.

A equipe do TS procurou ouvir as demandas dos moradores e realizar os devidos encaminhamentos, conforme exposto nos relatórios, porém, a maior parte delas, que se referia à infraestrutura e ao acesso aos serviços públicos urbanos, não obteve uma resposta no tempo de execução do TS. Não se realizou a integração entre a execução do PTS e o projeto de ações de engenharia.

Naquele momento inicial, as maiores reclamações dos moradores eram em relação à inexistência de serviços públicos e equipamentos urbanos nos empreendimentos, como áreas de lazer, escolas, unidades de saúde, como destacou a atual Presidente do Conselho Comunitário do Residencial Teresina Sul I e II, em entrevista.

No Residencial Vila Nova, de acordo com o Presidente da Associação do Residencial Nova Teresina, que possui grande influência no Residencial Vila Nova, já que auxiliou na implantação da Associação de Moradores, a maior demanda dos beneficiários, quando se instalaram, era pela melhoria do abastecimento de água.

Com a pesquisa procurou-se também identificar o grau de envolvimento dos moradores com a vizinhança e com a comunidade, identificando possíveis contribuições do TS para a construção de vínculos locais. Nos dois empreendimentos não existem áreas de uso coletivo ou áreas de lazer, entretanto, os moradores improvisaram campos de futebol em áreas próximas, nos dois Residenciais.

Em relação à participação dos entrevistados no desenvolvimento de atividades no Residencial para discutir a nova moradia e a convivência entre os moradores, 59% respondeu que não participou, 21% não soube informar, restando apenas 19% que respondeu sim e 1% não respondeu (gráfico 1). Esses dados refletem a falta de consistência na divulgação do PMCMV, em que a maioria dos entrevistados afirmou não conhecer as normas do programa e mudou-se para as residências sem receber nenhum tipo de orientação. Alguns revelaram insatisfação com as ações da prefeitura (“fomos jogados aqui e aqui não tinha nada”).



Foram ressaltados os aspectos positivos da organização da comunidade para a resolução de problemas nos Residenciais, mas em nenhum momento as deficiências destes ou o próprio trabalho da Prefeitura foram questionados ou evidenciados pela equipe. Não foi observado que, muitas vezes, a ausência de participação dos moradores nas atividades poderia ter inúmeras justificativas, conforme evidenciado pelos próprios moradores em conversas informais. Entre os motivos foi citada a falta de informação sobre as reuniões, o fato de alguns moradores não serem os proprietários legais das casas e terem receio de ser despejados das residências, além de à noite se sentirem cansados, ao retornarem do trabalho ou terem que se dedicar aos afazeres domésticos, ou mesmo, de contato com os filhos.

Em Teresina, o TS no PMCMV não efetivou a participação dos beneficiários. Por mais que a própria equipe de execução do TS das empresas licitadas e a prefeitura reconhecessem a importância da participação, o prazo estipulado para a execução do trabalho prejudicou a realização de ações participativas.

Corroborar-se com Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) quando discutem o papel do TS a partir das normativas e constatam uma contradição, pois, ao tempo em que tais normativas reconhecem o TS como direito do cidadão, também reforçam o papel assistencialista das ações, tendo em vista que se objetiva, a partir de ações fragmentadas, a manutenção do patrimônio construído e a adaptação dos moradores à nova realidade habitacional, mesmo vindo de uma cultura e de uma realidade diferente daquela ofertada.

Examinando as atividades desenvolvidas, constata-se no TS desenvolvido a ausência de uma visão de totalidade e a prevalência de uma concepção burocrática. Procura-se a adesão dos moradores nas atividades desenvolvidas, ao empreendimento construído e não se desenvolvem ações que, de fato, mobilizem os moradores em torno de suas problemáticas locais e de questões gerais que refletem a sua condição social.

Constatou-se que a necessidade de obter melhorias para os Residenciais, seja na instalação de equipamentos públicos, seja na oferta de serviços, fez com que os moradores se organizassem independentemente da presença dos técnicos do TS ou mesmo das organizações formais. As associações dos moradores foram criadas para obter melhorias nos Residenciais, entretanto, observou-se nas falas dos líderes comunitários que a forma de obtê-las não passou por um processo de luta, de reivindicação, foram resultados de acordos políticos com os gestores municipais.

Observou-se o viés patrimonialista na postura e no discurso dos líderes comunitários dos dois residenciais, não conseguindo separar o público do privado. As conquistas obtidas por meio de suas mediações, não são consideradas resultado de sua condição de representante da comunidade, mas de esforço individual. Nesse sentido, questiona-se o impacto do TS no sentido de estimular a organização comunitária e desenvolver uma maior politização dos moradores com vistas à construção coletiva da cidadania desses beneficiários, assim como, discutir aspectos que estão entranhados em algumas lideranças comunitárias que fazem parte de uma cultura política, autoritária, assistencialista e clientelística.

Apesar de as melhorias obtidas por meio da organização comunitária no Residencial, constata-se que as mesmas foram resultados de barganhas políticas. Ficou explícito no depoimento da Presidente o

apoio político que tiveram ao atual prefeito para o atendimento das demandas, as quais muitas vezes eram colocadas durante reuniões políticas realizadas durante o recente pleito eleitoral na capital.

A minha primeira ação foi resgatar a UBS, resgatar a creche. A creche foi uma luta! Porque numa reunião que a gente teve com o Prefeito e o Secretário de Educação, ele disse para a gente que ia ser construído ali onde está e aí seis meses depois o Secretário de Educação foi para a televisão e disse que seria construído entre o Residencial Teresina Sul e o Bosque Sul, então, a comunidade ficou muito triste, foi um sofrimento. Até que uma pessoa disse para mim que a única pessoa que vai poder mudar e ajudar vocês é o prefeito, então, através disso eu pedi todas as lideranças da região que quando fizessem reunião com o prefeito me convidasse. Aí a representante do Portal da Alegria fez uma reunião com o Prefeito e me convidou em cima da hora. “O homem tá chegando!”. Eu corri até lá e conversei com ele, ele me deu essa oportunidade e através disso aí, ele conversou com o secretário de educação e viram a importância da nossa demanda porque nós temos quase duas mil famílias e o nosso residencial hoje quase todo mundo tá residindo, entendeu? Então foi muito importante a volta da creche, então, muito feliz, por isso Teresina Sul apoiou o Prefeito (Presidente do Conselho Comunitário do Residencial Teresina Sul I e II).

No depoimento da Presidente fica explícito o clientelismo existente na relação entre os políticos teresinenses e a comunidade. A liderança comunitária acaba servindo de elo entre os políticos e o Residencial, transformando a capacidade de mobilização da comunidade em apoio político para aquisição de bens e serviços públicos.

O horizonte de efetivação dos direitos previstos pela PNH cada vez mais se encontra distante das famílias beneficiárias do PMCMV. Realizar o sonho da casa própria implica também em conviver com o pesadelo da insuficiência ou ausência de serviços existentes nesses Residenciais, com o sentimento de estar cada vez mais distante da cidade.

Os dados mostram que o objetivo do TS em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários por meio da promoção do exercício da participação e da inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, passa a ser uma meta ambiciosa, mesmo estando em consonância com a PNH. Ainda que as atividades do TS compreendam os eixos previstos nas normativas vigentes seria necessário trabalhar de modo intensificado o eixo de participação e organização comunitária.

## **Considerações Finais**

O TS na Política de Habitação de Interesse Social adquiriu importância e relevância a partir da PNH, instituída em 2004 e teve seu reconhecimento ampliado com a Portaria nº 21/2014-MCidades. O PMCMV foi um dos campos em que esse trabalho pôde ser visualizado de forma significativa, em termos quantitativos, considerando a grande quantidade de empreendimentos voltados para a faixa de 0 a 3 SM, construídos no país.

Em Teresina, a execução do TS nos empreendimentos do PMCMV não respeitou a normativas vigentes à época de sua execução sendo iniciado somente quando as famílias já residiam nas novas moradias. O TS executado nos Residenciais, de acordo com os dados coletados, se deparou com as limitações e

contradições do próprio programa em que está inserido, que se dirige em sentido antagônico ao proposto na PNH, com a construção massiva de empreendimentos localizados nas franjas da cidade, sem a existência de equipamentos e serviços públicos fundamentais para a vida na cidade e, em contraste com os objetivos da Política de Habitação que prevê a inserção urbana e social das famílias beneficiárias da PNHIS.

As famílias passaram a residir nas novas moradias, sem o devido acompanhamento da equipe do TS, muitas foram deslocadas de regiões distintas da cidade, perdendo a rede de apoio de familiares e amigos, sendo direcionadas para os Residenciais que não dispunham à época de equipamentos públicos e ainda apresentavam deficiências e/ou ausência de serviços públicos indispensáveis à vida dos moradores, como a oferta de serviços de saúde e educação.

A execução do TS expressa um planejamento sem a mínima participação dos beneficiários. Os técnicos elaboraram um conjunto de ações que pudessem atender as exigências dos eixos do TS sem a participação população dos dois empreendimentos e sem conhecer suas necessidades e potencialidades, fato justificado pela coordenadora da equipe pelo pouco tempo disponível para a entrega do PTS à CEF.

Diante dessa realidade, o TS enfrenta inúmeras contradições que podem interferir no alcance dos seus pressupostos e minimizar os avanços obtidos ao longo de sua trajetória histórica na Política de Habitação. Os novos discursos que envolvem participação e inserção social se concretizam a luz de velhas práticas, em que o aspecto econômico mais uma vez se sobrepõe ao social. As ações são realizadas em curto prazo sem a perspectiva de organização e mobilização social.

Entretanto, as ações e processos desse trabalho não podem perder de vista a concepção que dá sustento a Política em que ele está inserido, sobretudo, o acesso à moradia digna e a cidade, para fins de inserção social das famílias beneficiárias da PNH. As equipes do TS devem articular a discussão sobre problemas e demandas locais com o contexto geral em que estão inseridas, promovendo, de fato, ações de mobilização dos moradores em torno de suas necessidades. Em meio às inúmeras limitações e obstáculos às atividades desenvolvidas, as equipes não podem ser desprender das possibilidades, das potencialidades de cada comunidade e, da certeza do poder político e associativo dos moradores na luta pela garantia dos seus direitos.

Os novos tempos exigem cada vez mais profissionais dotados de grande conhecimento teórico que possam apreender as atuais dinâmicas cidadinas, marcadas por profundas desigualdades sociais e exclusões. As equipes do TS devem aprimorar as estratégias de mediação entre Estado e beneficiários e desenvolver ações mais eficientes de mobilização social, efetivando, assim, a participação e inserção social das famílias beneficiárias.

## **Referências**

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para Iniciantes. In: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C.R. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis*

estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.11-27. Disponível em:  
[http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook\\_file/mcmv\\_nacional2015.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf)  
Acesso: 14 mar. 2016.

AZEVEDO, S. Vinte e Dois anos de Política de Habitação Popular (1964-86): Criação, Trajetória e Extinção do BNH. *Rev. Administração pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n.4, p. 107-119, out./dez. 1988. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>. Acesso em: 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. CASA CIVIL. *Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)>. Acesso em: 11 set. 2016.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011*. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011/2014/2011/Decreto/D7499.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011/2014/2011/Decreto/D7499.htm)>. Acesso: 16 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2010. Disponível em:  
[http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id\\_submenu/230/publicacao\\_planhab\\_capa.pdf](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/publicacao_planhab_capa.pdf)  
. Acesso: 13 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIOS DAS CIDADES. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Disponível em:  
[http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trabalho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf). Acesso em: 3 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Publicação sobre Reflexões e Debates do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais*. 2011a. Disponível em:<[http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/trabalho\\_social\\_e\\_intervencoes\\_habitacionais.pdf](http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/trabalho_social_e_intervencoes_habitacionais.pdf)>. Acesso: 01 jun. 2016.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista Teoria e Debate*. maio/junho. 2009. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*. n. 1, 2008. Disponível em:  
[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf). Acesso: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Planos Locais de Habitação: das origens aos dilemas atuais nas regiões metropolitanas. In: DENALDI, R. (Org.). *Planejamento Habitacional: Notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação*. São Paulo: Anablume, 2013, p. 29-43.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-65.

\_\_\_\_\_; MELLO, I. Q.; JAENISCH, S. T. A Implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C.R. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade?* Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 73-102. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook\\_file/mcmv\\_nacional2015.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf)>. Acesso: 14 mar. 2016.

MAGALHÃES, I. Planos Locais de Habitação na Estratégica da Política Nacional. In: DENALDI, R. (Org.). *Planejamento Habitacional: Notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação*. São Paulo: Anablume, 2013, p. 7-27.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. n.12. Ipea. *Pesquisas sociais: acompanhamento e análise*, 2006, p. 212-220. Disponível em:<[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/ensaio2\\_ministerio12.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2016.

\_\_\_\_\_; SANTOS JÚNIOR, O. A. Construindo a Política Urbana: Participação Democrática e o Direito à Cidade. In: RIBEIRO, L.C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renavan, fase, 2007, p. 165-198.

PAZ, R. D. O. *Relatório Final da Pesquisa Avaliação do TS e dos impactos na vida das famílias no PMCMV: município de Osasco/SP*. PUC-SP, 2015. Disponível em: [https://blu181.mail.live.com/?tid=cmwWgnwE9M5RGZedjTheZgtA2&fid=flsearch&paid=cmstpuA0J\\_5RGVvyxZ5UQN0A2&pad=20151030T20%3A08%3A42.620Z&pat=2&pidx=3&srch=1&skws=%5Ba.je.l%5D&sdr=4&satt=0&scmp=a.je.l%3Da.je.l%2540uol.com.br](https://blu181.mail.live.com/?tid=cmwWgnwE9M5RGZedjTheZgtA2&fid=flsearch&paid=cmstpuA0J_5RGVvyxZ5UQN0A2&pad=20151030T20%3A08%3A42.620Z&pat=2&pidx=3&srch=1&skws=%5Ba.je.l%5D&sdr=4&satt=0&scmp=a.je.l%3Da.je.l%2540uol.com.br)>. Acesso: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_; TABOADA, K. J. Trajetória do Trabalho Social em Habitação. In: *TS em programas e projetos de habitação de interesse social – Ensino a distância (EAD)*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PIMENTEL, J. R. O Trabalho Social no contexto da atual Política Nacional de Habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. *Convergência Crítica*, v. 1, n. 1, p. 1-34, 2012.

ROLNIK, R. A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País: Avanços e Desafios. *Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*, Brasília, p. 199-209, n. 12, fev. 2006.

\_\_\_\_\_. *et. al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrôlopes*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, mai. 2015.

\_\_\_\_\_; NAKANO, A. K. Direito à Moradia ou Salvação do Setor? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1403200909.htm>> Acesso: 3 fev. 2016.

RUFINO, M. B. C. Um Olhar sobre a Produção do PMCMV a partir de Eixos Analíticos. In: AMORE, C. S; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M.B.C.R. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade?* Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51- 70. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook\\_file/mcmv\\_nacional2015.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf)>. Acesso: 14 mar. 2016.

TERESINA. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. *Tomada de Preços N.º 26/2012 (Relançamento)*. Contratação de Serviços Referente ao Trabalho Técnico Social para Conjuntos Habitacionais Minha Casa, Minha Vida. Teresina: 2012. Disponível

em:[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cOnrX69zMJ:https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacao/lcw\\_licitacaovisualizaman.do%3Fevento%3Ddownload%26idArquivoAnexadoPlc%3D47182+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cOnrX69zMJ:https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacao/lcw_licitacaovisualizaman.do%3Fevento%3Ddownload%26idArquivoAnexadoPlc%3D47182+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 21 set. 2017

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. *Avaliação de Pós Ocupação do Residencial Teresina Sul I*. Teresina, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. *Avaliação de Pós Ocupação do Residencial Vila Nova*. Teresina, 2013a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. *Plano de Trabalho do Projeto Técnico Social do Residencial Teresina Sul I*. Teresina, 2012a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. *Plano de Trabalho do Projeto Técnico Social do Residencial Vila Nova*. Teresina, 2012b.